

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS - SICOOB CIRCUITO DAS ÁGUAS

CNPJ: 03.941.182/0001-93

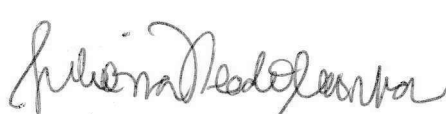
BALANÇO PATRIMONIAL

Em Reais

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		78.273.859	63.209.096
DISPONIBILIDADES	4	1.203.663	1.954.658
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		73.211.978	56.638.971
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	43.961	2.386.064
Relações Interfinanceiras	4	20.650.286	19.374.994
Centralização Financeira	4	20.650.286	19.374.994
Operações de Crédito	6a	51.433.232	33.495.848
Outros Ativos Financeiros		1.084.499	1.282.064
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(3.195.768)	(1.851.828)
(-) Operações de Crédito	6a	(2.970.338)	(1.698.961)
(-) Outras		(225.430)	(152.867)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS		6.248	128.469
OUTROS ATIVOS		194.447	933.756
INVESTIMENTOS	10	3.639.094	2.000.000
IMOBILIZADO DE USO	11	4.115.650	4.008.508
INTANGÍVEL	12	811.251	811.251
(-) DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES		(1.611.366)	(1.285.065)
(-) PROVISÕES PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	11	(101.337)	(29.625)
TOTAL DO ATIVO		78.273.859	63.209.096
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		78.273.859	63.209.096
DEPÓSITOS		57.187.368	52.833.253
Depósitos à Vista	13	25.365.873	18.389.245
Depósitos à Prazo	13	41.821.495	34.444.008
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		940.485	569.034
Relações Interfinanceiras		222.336	271.545
Repasse Interfinanceiros		222.336	271.545
Outros Passivos Financeiros	15	718.148	297.489
PROVISÕES	17	159.339	129.934
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS		170.116	126.386
OUTROS PASSIVOS	19	1.332.946	1.124.595
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.483.606	8.425.895
CAPITAL SOCIAL	20	6.867.702	6.346.603
RESERVAS DE SOBRAS		1.575.582	1.575.582
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		40.321	503.709
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		78.273.859	63.209.096

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


 Marcos Fernandes de Andrade
 Diretor Administrativo
 SICOOB Circuito das Águas-4310


 Juliana Prado Santa Ana
 Contadora
 CRC 1 SP 335234/O-5
 SICOOB Circuito das Águas - 4310

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS - SICOOB CIRCUITO DAS ÁGUAS

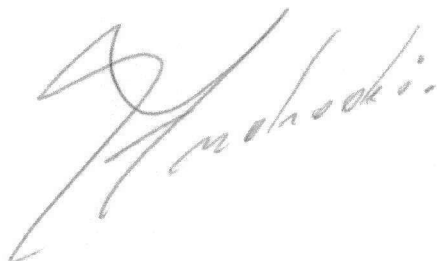
CNPJ: 03.941.182/0001-93

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

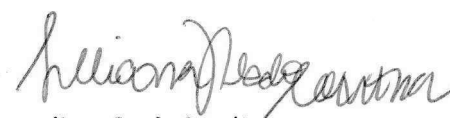
Em Reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.636.654	8.009.132	6.122.022
Operações de Crédito	21	3.530.143	6.552.315	5.760.071
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	38.656	72.235	58.837
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5b	1.067.856	1.384.582	303.114
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(2.862.523)	(3.848.172)	(1.919.835)
Operações de Captação no Mercado	22	(1.324.698)	(1.888.817)	(779.415)
Operações de Empréstimos e Repasses	22	(74.097)	(135.156)	(140.599)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(1.463.728)	(1.824.199)	(999.821)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.774.131	4.160.961	4.202.187
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(2.260.202)	(4.475.009)	(3.561.788)
Ingressos e Receitas da Prestação de Serviços	23	664.185	1.143.637	908.619
Rendas de Tarifas	24	680.723	1.220.130	1.138.241
Dispêndios e Despesas de Pessoal	25	(1.619.672)	(3.123.245)	(2.741.344)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	26	(1.763.075)	(3.300.318)	(2.963.478)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(72.009)	(129.470)	(83.091)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	27	238.060	359.247	563.810
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais		(388.414)	(644.990)	(384.546)
PROVISÕES		(19.303)	(13.910)	(9.661)
Provisões/Reversões para Contingências	29	5.000	10.030	-
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	29	(24.303)	(23.940)	(9.661)
RESULTADO OPERACIONAL		(506.376)	(327.958)	630.738
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		105.595	116.020	119.951
Lucros em Transações com Valores e Bens	30	-	3.000	29.535
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens		-	-	(500)
Ganhos de Capital	30	110.352	116.520	90.915
Outras Rendas Não Operacionais	30	6.888	8.144	-
(-) Despesas de Provisão Não Operacionais	30	(11.644)	(11.644)	-
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		(399.780)	(211.938)	750.689
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(251.450)	(251.450)	(2.539)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(132.792)	(132.792)	(1.505)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(118.658)	(118.658)	(1.034)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		-	-	(82.628)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		(651.230)	(463.388)	665.522

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Marcos Fernandes de Andrade
Diretor Administrativo
SICOOB Circuito das Águas - 4310


Juliana Prado Sant'Ana
Contadora
CRC 1 SP 335234/0-5
SICOOB Circuito das Águas - 4310

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS - SICOOB CIRCUITO DAS ÁGUAS

CNPJ: 03.941.182/0001-93

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em Reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		(651.230)	(463.388)	665.522
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		(651.230)	(463.388)	665.522

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


Marcos Fernandes de Andrade
Diretor Administrativo
 SICOOB Circuito das Águas-4310


Juliana Prado Sant'Ana
Contadora
CRC 1 SP/335234/O-5
 SICOOB Circuito das Águas - 4310

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS - SICOOB CIRCUITO DAS ÁGUAS

CNPJ: 03.941.182/0001-93

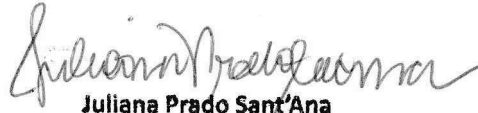
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em Reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES				
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		(399.780)	(211.938)	665.522
Distribuição de Sobras e Dividendos		(139.094)	(139.094)	-
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		-	(29.286)	82.628
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		1.463.728	1.824.199	999.821
Provisões/Reversões Não Operacionais		24.303	23.940	47.111
Provisões/Reversões para Contingências		11.644	11.644	-
Provisões/Reversões para Contingências		(5.000)	(10.030)	-
Atualização de Depósitos em Garantia		(1.075)	(1.931)	(5.874)
(Ganho)/Perdas Por Baixas de Imobilizado		-	-	59.249
Depreciações e Amortizações		9.599	26.153	25.264
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		964.326	1.493.657	1.873.721
Aumento (redução) em ativos operacionais				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		2.375.683	2.342.104	(758.837)
Títulos e Valores Mobiliários		-	-	13.259.170
Relações Interdependências		-	-	285.000
Operações de Crédito		(12.250.353)	(18.417.642)	(9.307.951)
Outros Ativos Financeiros		292.283	199.495	-
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		145.974	122.221	(734.613)
Outros Ativos		297.232	727.665	380.157
Aumento (redução) em passivos operacionais				
Depósitos à Vista		(3.915.667)	6.976.627	10.001.001
Depósitos à Prazo		4.607.217	7.377.487	9.134.113
Relações Interfinanceiras		4.001	(49.209)	(219.995)
Obrigações por Empréstimos e Repasses		(7.000.000)	-	(2.252.470)
Outros Passivos Financeiros		677.292	420.659	-
Provisões		1.075	15.495	-
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		84.130	43.730	16.276
Outros Passivos		(77.156)	208.351	(334.568)
FATES - Atos Cooperativos		-	-	(38.336)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	(978)
Imposto de Renda		(132.792)	(132.792)	(1.505)
Contribuição Social		(118.658)	(118.658)	(1.034)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(14.045.412)	1.209.191	21.282.875
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Sobras da Central		-	29.286	-
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		139.094	139.094	-
Alienação de Imobilizações de Uso		-	-	59.249
Aquisição de Intangível		22.256	41.704	(362.628)
Aquisição de Imobilizado de Uso		90.469	223.016	38.089
Aquisição de Investimentos		(135.955)	(1.639.094)	(1.310.844)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS		115.864	(1.205.994)	(1.576.134)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		300.904	1.192.731	806.008
Devolução de Capital à Cooperados		(400.013)	(605.371)	(532.031)
Estorno de Capital		(21.051)	(66.260)	(84.271)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS		(120.159)	521.099	189.706
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(14.049.707)	524.296	19.896.448
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		35.903.655	21.329.652	1.433.204
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	21.853.948	21.853.948	21.329.652
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(14.049.707)	524.296	19.896.448

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


 Marcos Fernandes de Andrade
 Diretor Administrativo
 SICOOB Circuito das Águas-4310


 Juliana Prado Sant'Ana
 Contadora
 CRC 1 SP 335234/O-5
 SICOOB Circuito das Águas - 4310

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS - SICOOB CIRCUITO DAS ÁGUAS
CNPJ: 03.941.182/0001-93

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em Reais

Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2019	6.261.336	(104.438)	1.388.789	64.294	7.609.980
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:					
Constituição de Reservas	0	0	186.793	0	0
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	800.722	5.286	0	0	806.008
Por Devolução (-)	(532.031)	0	0	0	(532.031)
Estorno de Capital	(84.271)	0	0	0	(84.271)
Sobras ou Perdas do Período	0	0	0	665.522	665.522
Destinações das Sobras do Período:					
Fundo de Reserva	0	0	0	(186.793)	(186.793)
FATES - Atos Cooperativos	0	0	0	(38.336)	(38.336)
FATES - Atos Não Cooperativos	0	0	0	(978)	(978)
Saldos em 31/12/2020	6.445.756	(99.153)	1.575.582	503.709	8.425.895
Saldos em 31/12/2020	6.445.756	(99.153)	1.575.582	503.709	8.425.895
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	1.210.013	(17.283)	0	0	1.192.731
Por Devolução (-)	(605.371)	0	0	0	(605.371)
Estorno de Capital	(66.260)	0	0	0	(66.260)
Sobras ou Perdas do Período	0	0	0	(463.388)	(463.388)
Saldos em 31/12/2021	6.984.138	(116.435)	1.575.582	40.321	8.483.606
Saldos em 30/06/2021	7.093.252	(105.390)	1.575.582	691.551	9.254.995
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	311.950	(11.045)	0	0	300.904
Por Devolução (-)	(400.013)	0	0	0	(400.013)
Estorno de Capital	(21.051)	0	0	0	(21.051)
Sobras ou Perdas do Período	0	0	0	(651.230)	(651.230)
Saldos em 31/12/2021	6.984.138	(116.435)	1.575.582	40.321	8.483.606

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marcos Fernandes de Andrade
Diretor Administrativo
SICOOB Circuito das Águas - 4310

Juliana Prado Sant'Ana
Contadora
CRC 1 SP 335234/O-5
SICOOB Circuito das Águas - 4310

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS -
SICOOB CIRCUITO DAS ÁGUAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS - SICOOB CIRCUITO DAS ÁGUAS** é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **03/03/2000**, filiada à **CCECM SICOOB UNIMAIS – SICOOB UNIMAIS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CIRCUITO DAS ÁGUAS**, sediado à **RUA SÃO PAULO, Nº 5, CENTRO, ÁGUAS DE LINDÓIA - SP**, possui **5** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **ÁGUAS DE LINDÓIA - SP, BUENO BRANDÃO - MG, SOCORRO - SP, MONTE SIÃO - MG, LINDÓIA - SP.**

O **SICOOB CIRCUITO DAS ÁGUAS** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua aprovação foi realizada pela Administração em 25/03/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas

por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entram em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano de contas para implementação desse normativo, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (COSIF) e das demonstrações no padrão contábil internacional. Quanto aos demais dispositivos, entram em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS - SICOOB CIRCUITO DAS ÁGUAS** junto a seus associados, empregados e a comunidade estão contribuindo para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS - SICOOB CIRCUITO DAS ÁGUAS, visando administrar e conter os efeitos da crise, tomou diversas providências, das quais destacam-se:

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS - SICOOB CIRCUITO DAS ÁGUAS** junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

Portanto, em observância ao disposto na NBC TG 24 (R2), considerando todo o cenário atual e as medidas que visaram a continuidade de todos os processos da **SICOOB CIRCUITO DAS ÁGUAS**, não há indícios, até o momento, de que os impactos trazidos pela pandemia comprometam a elaboração, aprovação e publicação das Demonstrações Contábeis e que poderiam prejudicar a sua continuidade operacional.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

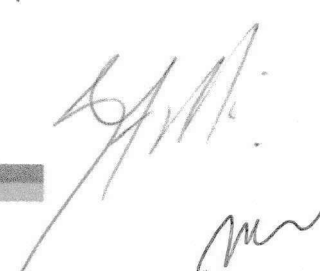
Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.



g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNIMAIS** e ações do **BANCO SICOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

l) Intangível

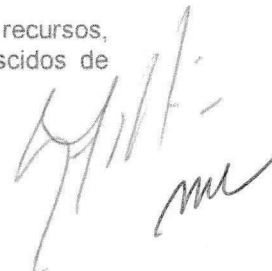
Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de



encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

u) Imposto de Renda e Contribuição Social

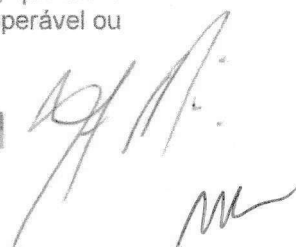
O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto nº 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou



de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

y) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários	1.203.663	1.954.658
Relações interfinanceiras - centralização financeira	20.650.286	19.374.994
TOTAL	21.853.949	21.329.652

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB UNIMAIS conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos períodos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram de:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos da Centralização Financeira	1.384.582	198.095

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ligadas	43.961	0,00	0,00	2.386.064
TOTAL	43.961	0,00	0,00	2.386.064

(a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no **BANCO SICOOB** com remuneração de 101% do CDI.

Abaixo a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	Total
Depósito Interfinanceiro	0,00	0,00	43.961	43.961



Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2021 e 2020** foram respectivamente:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	38.656	72.235	23.545	58.837

(b) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Recibos de Depósitos Interbancários – RDI, no **SICOOB UNIMAIS**, com remuneração entre 99,49% e 119,59% do CDI.

Abaixo o resultado auferido com Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2021 e 2020**.

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de Títulos de Renda Fixa	1.067.856	1.384.582	188.768	303.114
TOTAL	1.067.856	1.384.582	188.768	303.114

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	30.512.110	14.325.049	44.837.159	19.195.033	12.106.441	31.301.474
Financiamentos	1.183.153	3.586.050	4.769.202	715.497	1.478.878	2.194.375
Financiamentos Rurais	1.078.797	748.074	1.826.871	0,00	0,00	0,00
Total de Operações de Crédito	32.774.059	18.659.172	51.433.232	19.910.530	13.585.319	33.495.848
(-) Provisões para Operações de Crédito	(2.141.546)	(828.792)	(2.970.338)	(1.009.893)	(689.068)	(1.698.961)
TOTAL	30.632.514	17.830.380	48.462.894	12.896.251	12.896.251	31.796.887

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA	-	Normal	7.925.213	356.507	0,00	8.281.720		8.633.189	
A	0,5%	Normal	11.864.703	1.989.549	317.592	14.171.844	(70.859)	8.602.609	(43.013)
B	1%	Normal	12.191.783	1.037.286	919.040	14.148.109	(141.481)	8.744.817	(87.448)
B	1%	Vencidas	26.958	0,00	0,00	26.958	(270)	10.776	(108)
C	3%	Normal	7.048.477	872.789	538.970	8.460.236	(253.807)	3.217.622	(96.529)
C	3%	Vencidas	146.424	0,00	0,00	146.424	(4.393)	85.368	(2.561)
D	10%	Normal	2.322.332	482.856	51.270	2.856.458	(285.646)	1.779.127	(177.913)
D	10%	Vencidas	121.951	0,00	0,00	121.951	(12.195)	86.414	(8.641)
E	30%	Normal	207.921	0,00	0,00	207.921	(62.376)	774.503	(232.351)
E	30%	Vencidas	199.650	30.215	0,00	229.865	(68.959)	25.067	(7.520)
F	50%	Normal	273.329	0,00	0,00	273.329	(136.664)	725.495	(362.747)
F	50%	Vencidas	629.582	0,00	0,00	629.582	(314.791)	159.900	(79.950)
G	70%	Normal	143.486	0,00	0,00	143.486	(100.440)	94.791	(66.354)
G	70%	Vencidas	722.976	0,00	0,00	722.976	(506.083)	74.487	(52.141)
H	100%	Normal	262.437	0,00	0,00	262.437	(262.437)	287.586	(287.586)
H	100%	Vencidas	749.935	0,00	0,00	749.935	(749.935)	194.100	(194.100)
Total Normal			42.239.683	4.738.987	1.826.871	48.805.541	(1.313.711)	32.859.738	(1.353.940)
Total Vencidos			2.597.476	30.215	0,00	2.627.691	(1.656.626)	636.111	(345.021)
Total Geral			44.837.159	4.769.202	1.826.871	51.433.232	(2.970.338)	33.495.848	(1.698.961)
Provisões			(2.834.409)	(103.854)	(32.074)	(2.970.338)		(1.698.961)	
Total Líquido			42.002.749	4.665.348	1.794.797	48.462.894		31.796.887	



c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	19.232.014	11.280.096	14.325.049	44.837.159
Financiamentos	294.842	888.311	3.586.050	4.769.202
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	195.962	882.835	748.074	1.826.871
TOTAL	19.722.818	13.051.241	18.659.172	51.433.232

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2021	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	7.861.626	286.594	0,00	8.148.219	15,84%
Setor Privado - Indústria	3.982.693	207.810	0,00	4.190.503	8,15%
Setor Privado - Serviços	25.340.011	3.012.212	0,00	28.352.223	55,12%
Pessoa Física	7.345.194	1.262.587	1.826.871	10.434.651	20,29%
Outros	307.635	0,00	0,00	307.635	0,60%
TOTAL	44.837.159	4.769.202	1.826.871	51.433.232	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	1.698.961	1.563.317
Constituições/Reversões no período	1.738.109	498.352
Transferência para prejuízo no período	(466.733)	(362.708)
Saldo Final	2.970.337	1.698.961

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	1.645.013	3,16%	1.703.706	5,09%
10 Maiores Devedores	10.445.877	20,07%	8.159.435	24,37%
50 Maiores Devedores	26.976.606	51,83%	19.490.276	58,21%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	1.918.401	1.739.978
Valor das operações transferidas no período	466.733	362.708
Valor das operações recuperadas no período	(155.199)	(184.181)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(2.847)	(105)
Saldo Final	2.227.088	1.918.401

A recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão de perdas foi registrada em contrapartida de "Receitas de Operações de Crédito".

7. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos por Avais e Fianças Honrados	106.247	0,00	125.224	0,00
Rendas a Receber	154.889	0,00	0,00	0,00
Devedores por Compra de Valores e Bens	221.351	324.436	0,00	0,00
Títulos e Créditos a Receber	250.043	0,00	0,00	0,00
Devedores por Depósitos em Garantia	143.294	0,00	0,00	0,00
TOTAL	875.823	324.436	125.224	0,00

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo **BANCO SICOOB**, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Cartões (R\$ 26.570) e outros (R\$ 308);

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos;

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 39.351) e outros (R\$ 210.692);

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Pis (R\$ 13.037), Cofins (R\$ 80.232) e outros (R\$ 50.024).

7.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(103.242)	0,00	0,00	0,00
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	(59.276)	(62.911)	138.100	14.766
TOTAL	(162.518)	(62.911)	138.100	14.766

(b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação		Outros Créditos	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
A	0,5% Normal	9.262	0,00	67.271	76.533	(383)	161.824	(809)
B	1% Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122.167	(1.222)
B	1% Vencidas	0,00	0,00	7.736	7.736	(77)	750	(7)
C	3% Normal	37.605	0,00	232.131	269.736,50	(8.092)	236.360	(7.091)

C	3%	Vencidas	0,00	0,00	570	570	(17)	99.429	(2.983)
D	10%	Normal	163.826	0,00	118.581	282.407	(28.241)	273.192	(27.319)
D	10%	Vencidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.047	(1.105)
E	30%	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.900	(12.270)
E	30%	Vencidas	0,00	1.280	0,00	1.280	(384)	22.134	(6.640)
F	50%	Vencidas	0,00	2.048	0,00	2.048	(1.024)	9.162	(4.581)
G	70%	Normal	0,00	0,00	113.731	113.731	(79.612)	0,00	0,00
G	70%	Vencidas	0,00	3.614	0,00	3.614	(2.530)	40.460	(28.322)
H	100%	Vencidas	0,00	99.304	5.766	105.070	(105.070)	60.518	(60.518)
Total Normal			210.692	0,00	531.715	742.408	(116.327)	834.442	(48.711)
Total Vencidos			0,00	106.247	14.072	120.319	(109.103)	243.500	(104.156)
Total Geral			210.692	106.247	545.788	862.727	(225.430)	1.077.942	(152.867)
Provisões			(17.557)	(103.242)	(104.631)	(225.430)		(152.867)	
Total Líquido			193.135	3.005	441.157	637.297		925.076	

8. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	6.248	0,00	128.469	0,00
TOTAL	6.248	0,00	128.469	0,00

9. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	13.677	0,00	27.927	0,00
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	4.204	0,00	27.541	0,00
Devedores Diversos - País	57.062	0,00	734.599	0,00
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos	43.100	0,00	43.100	0,00
(-) Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	(15.930)	0,00	(4.285)	0,00
Despesas Antecipadas	92.333	0,00	104.875	0,00
TOTAL	194.446	0,00	933.756	0,00

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$ R\$ 56.952) e outros (R\$ 110);

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. Até o ano 2020 esses bens eram registrados na rubrica Bens Não de Uso Próprio e foram reclassificados, em 2021, por força da Carta Circular BCB nº 3.994/2019.

(c) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

(d) Registram-se ainda, no grupo, as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.



10. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Participação em Cooperativa Central De Crédito	3.639.094	2.000.000
TOTAL	3.639.094	2.000.000

(a) O saldo é representado, substancialmente, por quotas do **SICOOB UNIMAIS** e ações do **BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. - BANCO SICOOB**.

11. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Imobilizado em Curso		19.196	0,00
Instalações	10%	636.953	636.953
Móveis e equipamentos de Uso	10%	858.075	841.060
Sistema de Processamento de Dados	20%	913.020	847.606
Sistema de Segurança	10%	66.956	61.439
Sistema de Transporte	20%	78.156	78.156
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		1.543.294	1.543.294
Total de Imobilizado de Uso		4.115.650	4.008.508
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(182.731)	(122.970)
(-) Depreciação Acumulada Móveis e Equipamentos de Uso		(889.050)	(703.327)
(-) Depreciação Acumulada Veículos		(67.216)	(52.664)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(1.138.997)	(878.962)
(-) Redução ao Valor Recuperável De Ativo Imobilizado De Uso		(101.337)	(29.625)
TOTAL		2.875.315	3.099.922

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

12. Intangível

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o intangível estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas De Processamento De Dados	327.118	327.118
Sistemas De Comunicação E De Segurança	484.133	484.133
Total de Intangível	811.251	811.251
(-) Amortização Acumulada De Ativos Intangíveis	(472.369)	(406.103)
Total de Amortização de ativos Intangíveis	(472.369)	(406.103)
TOTAL	338.882	405.148

13. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista	25.365.873	0,00	18.389.245	0,00
Depósito a Prazo	41.821.495	0,00	34.444.008	0,00
TOTAL	67.187.368	0,00	52.833.253	0,00

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, com exceção de contas conjuntas tem seu valor dividido pelo número de titulares, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN nº 4.933/21. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em "Dispêndios de captação no mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	1.616.280	2,40%	1.948.271	3,69%
10 Maiores Depositantes	10.717.777	15,89%	8.446.459	15,98%
50 Maiores Depositantes	28.250.083	41,88%	22.590.775	42,73%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Despesas de Depósitos a Prazo	(1.270.410)	(1.794.277)	(361.710)	(721.267)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(54.288)	(94.540)	(34.721)	(58.148)
TOTAL	(1.324.698)	(1.888.817)	(396.431)	(779.415)

14. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2021		31/12/2020	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Bancoob			178.725	55.457	300.388	0,00
(-) Despesas a Apropriar Bancoob			(6.573)	(5.272)	(28.893)	0,00
TOTAL			172.151	50.185	0,00	0,00

b) Despesas de Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(9.458)	(9.458)	(15.795)	(15.795)
Cooperativa Central	(64.639)	(64.639)	(37.000)	(37.000)
Outras Instituições	0,00	(61.058)	0,00	(87.804)
TOTAL	(74.097)	(135.156)	(52.795)	(140.599)



15. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem, em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros	660.130	0,00	0,00	0,00
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	58.018	0,00	12.489	0,00
TOTAL	718.148	0,00	12.489	0,00

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a ordens de pagamento (R\$ 660.130).

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R\$ 56.037), Estaduais (R\$ 1.229), Municipais (R\$ 426) e outros (R\$ 326).

16. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB CIRCUITO DAS ÁGUAS** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

17. Provisões

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de provisões estava assim composto:

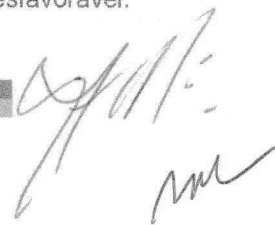
Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas	52.149	854	28.208	0,00
Provisão Para Contingências	107.190	0,00	101.726	0,00
TOTAL	159.339	854	129.934	0,00

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Coobrigações Prestadas	2.415.019	1.675.785
TOTAL	2.415.019	1.675.785

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificados como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.



Na data das demonstrações contábeis, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS	13.037	13.037	12.817	12.817
COFINS	80.232	80.232	78.878	78.878
Outras Contingências	13.921	50.024	10.030	43.021
TOTAL	107.191	143.294	101.725	134.717

Trata-se de registro de depósito judicial para riscos tributários (PIS – R\$ 13.037 e COFINS – R\$ 80.232), provisão para outras contingências passivas (R\$ 13.921) e depósito judiciais (R\$ 50.024).

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CIRCUITO DAS ÁGUAS**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, essas ações abrangem, basicamente, processos cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

18. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	3.342	0,00	6.361	0,00
Impostos e Contribuições sobre Salários	78.719	0,00	67.576	0,00
Outros	4.009	0,00	8.578	0,00
TOTAL	86.070	0,00	82.515	0,00

19. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias	658.086	0,00	635.758	0,00
Cheques Administrativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	56.392	0,00	15.457	0,00
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (b)	274.501	0,00	199.728	0,00
Credores Diversos – Pais (c)	343.967	0,00	273.651	0,00
TOTAL	1.332.946	0,00	1.124.595	0,00

(a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Juros ao Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisão para Participações nas Sobras (a.1)	0,00	0,00	82.628	0,00
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	658.085	0,00	513.463	0,00
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.3)	0,99	0,00	39.667	0,00
TOTAL	658.086	0,00	635.758	0,00



(a.1) Consubstanciada pela Lei nº 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nas sobras;

(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.3) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

No exercício de 2021, a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

(b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R\$ 193.066), e outros (R\$ 81.435);

(c) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R\$ 244.595) e outros (R\$ 99.372).

20. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	6.867.702	6.346.603
Associados	4.063	3.538

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30/08/2021, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2020** da seguinte forma: 100% para Conta Capital, no valor de R\$ 440.393.

21. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	59.315	109.115	43.999	100.085
Rendas de Empréstimos	1.829.143	3.438.690	1.647.697	3.391.751
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.201.137	2.131.084	774.158	1.777.643
Rendas de Financiamentos	243.970	348.911	75.872	140.116
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	91.948	121.586	19.037	44.770
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	1.119	1.119	792	2.580
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	11.320	25.571	24.551	36.528
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	0,00	0,00	381	14.716
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	92.190	376.240	203.316	251.882
TOTAL	3.530.143	6.552.315	2.789.803	5.760.071

22. Dispendios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Despesas De Captação	(1.324.698)	(1.888.817)	(396.431)	(779.415)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(74.097)	(135.156)	(52.795)	(140.599)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	790.234	1.410.821	579.432	912.591
Reversões de Provisões para Outros Créditos	146.450	320.524	115.253	165.434
Provisões para Operações de Crédito	(2.186.616)	(3.162.457)	(1.082.679)	(1.933.797)
Provisões para Outros Créditos	(213.797)	(393.088)	(83.323)	(144.048)
TOTAL	(2.862.523)	(3.848.171)	(920.543)	(1.919.835)

23. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de Cobrança	176.903	345.764	152.634	274.411
Rendas de Outros Serviços	487.282	797.873	338.681	634.209
TOTAL	664.185	1.143.637	491.315	908.619

24. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	86.907	166.824	77.305	149.935
Rendas de Serviços Prioritários - PF	34.098	69.012	40.705	79.441
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	2.393	2.453	1.799	2.968
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	557.325	981.841	500.512	905.897
TOTAL	680.723	1.220.130	620.322	1.138.241

25. Dispendios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(26.479)	(53.590)	(18.128)	(42.012)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(160.083)	(322.835)	(168.328)	(314.409)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(306.748)	(603.315)	(272.833)	(568.380)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(285.731)	(545.071)	(259.305)	(500.077)
Despesas de Pessoal - Proventos	(816.958)	(1.572.241)	(627.514)	(1.295.881)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(9.659)	(11.840)	(20.585)	(20.585)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(14.013)	(14.353)	0,00	0,00
TOTAL	(1.619.672)	(3.123.246)	(1.366.693)	(2.741.344)

26. Outros Dispendios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(50.624)	(102.441)	(41.392)	(86.288)
Despesas de Aluguéis	(200.846)	(388.778)	(171.856)	(343.623)
Despesas de Comunicações	(109.681)	(207.258)	(95.340)	(170.278)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(30.373)	(61.747)	(30.470)	(54.901)
Despesas de Material	(25.242)	(40.225)	(15.708)	(26.733)
Despesas de Processamento de Dados	(201.321)	(390.779)	(214.088)	(388.439)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(57.730)	(88.962)	(82.601)	(106.157)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(34.365)	(49.331)	(8.740)	(32.923)
Despesas de Publicações	(1.584)	(3.684)	(1.644)	(3.844)
Despesas de Seguros	(35.889)	(72.707)	(39.382)	(79.765)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(336.677)	(648.211)	(236.196)	(466.005)
Despesas de Serviços de Terceiros	(49.137)	(104.699)	(133.863)	(190.280)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(8.407)	(16.995)	(8.261)	(36.828)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(322.981)	(551.920)	(209.284)	(398.834)
Despesas de Transporte	(80.487)	(164.113)	(75.500)	(137.113)
Despesas de Viagem ao Exterior	0,00	0,00	(400)	(400)
Despesas de Viagem no País	(1.801)	(2.361)	(4.060)	(17.252)
Despesas de Amortização	(9.599)	(24.563)	(12.086)	(24.314)
Despesas de Depreciação	0,00	(1.590)	(950)	(950)
Outras Despesas Administrativas	(206.331)	(379.952)	(155.031)	(398.551)
TOTAL	(1.763.075)	(3.300.318)	(1.536.854)	(2.963.478)

27. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

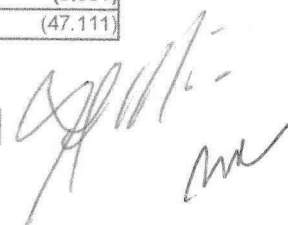
Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	8.220	10.823	4.890	106.653
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	0,00	0,00	100	100
Distribuição de sobras da central	0,00	29.286	0,00	0,00
Atualização depósitos judiciais	1.075	1.931	5.874	5.874
Rendas de Repasses Interfinanceiros	167	525	0,00	0,00
Outras rendas operacionais	33.235	52.369	19.785	62.947
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	56.268	125.219	169.611	388.236
Juros ao Capital Recebidos da Central	139.094	139.094	0,00	0,00
TOTAL	238.060	359.247	200.261	563.810

28. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Outras - Despesas de Provisões Operacionais	(1.075)	(1.574)	(2.914)	(2.914)
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(2.058)	(5.946)	(4.062)	(4.081)
Outras Despesas Operacionais	(136.458)	(150.442)	(20.093)	(38.123)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(38.536)	(72.481)	(30.419)	(63.422)
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento de Fraudes Externas	(11.694)	(17.678)	(3.197)	(4.853)
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento de Perdas Operacionais	0,00	(2.025)	(1.825)	(2.433)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(14.593)	(18.092)	0,00	(11.568)
TOTAL	(204.413)	(268.238)	(62.510)	(127.394)

29. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Provisões/Reversões para Contingências	5.000	10.030	0,00	0,00
Reversões de Provisões para Contingências	5.000	10.030	0,00	0,00
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(24.303)	(23.940)	4.561	(9.661)
Provisões para Garantias Prestadas	(40.510)	(59.298)	(20.861)	(47.111)



Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	16.207	35.357	25.423	37.450
TOTAL	(19.303)	(13.910)	4.561	(9.661)

30. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Lucro em Transações com Valores de Bens	0,00	3.000	29.535	29.535
Ganhos de Capital	110.352	116.520	68.001	90.915
Outras Rendas não Operacionais	6.888	8.144	0,00	0,00
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	0,00	0,00	(500)	(500)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(11.644)	(11.644)	0,00	0,00
TOTAL	105.595	116.020	97.036	119.951

31. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.

32. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN nº 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

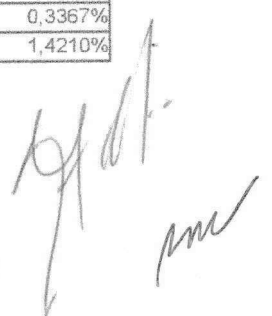
a) Montante das operações ativas e passivas realizadas em 2021:

No quadro abaixo são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2021.

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	1.860.904	1,2460%	4.329
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	12.500	0,0084%	1
TOTAL	1.873.404	1,2544%	4.330
Montante das Operações Passivas	815.191	1,4210%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2021	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	0,3795%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,3367%
Aplicações Financeiras	1,4210%

b) Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2021:



No quadro abaixo são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31/12/2021.

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	7.199	591	1,1393%
Conta Garantida	93.953	9.395	7,9009%
Financiamentos Rurais	74.751	2.243	4,0918%
Empréstimos	362.233	18.925	1,4966%
Financiamentos	264.633	2.546	5,5488%
Direitos Creditórios Descontados	13.672	0,00	0,0727%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	583.009	2,3008%	0%
Depósitos a Prazo	964.504	2,3062%	0,6137%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Direitos Creditórios Descontados	1,1900%	3,24
Empréstimos	0,9629%	32,57
Financiamentos	0,5867%	63,92
Aplicação Financeira - Pré Fixada (% CDI)	0,3425%	166,64
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	86,0447%	166,64

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	292.612
Direitos Creditórios Descontados	1.569.182
Empréstimos	1.478.904
Financiamentos	613.056

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Sub modalidade Bacen	31/12/2021	31/12/2020
Beneficiários de Outras Coobrigações	53.206	0,00

f) Em 2021, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2021 (R\$)			BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)	
Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
INSS Diretoria/Conselheiros	(38.796)	(76.180)	(32.842)	(66.835)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(160.083)	(322.835)	(168.328)	(314.409)

g) No decorrer do exercício não houve aquisições, por partes relacionadas, de bens recebidos pela singular em dação em pagamento, bem como da venda de bens patrimoniais da Cooperativa.

h) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

31/12/2021	31/12/2020
765.862	763.087

33. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS - SICOOB CIRCUITO DAS ÁGUAS - SICOOB CIRCUITO DAS ÁGUAS, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCECM SICOOB UNIMAIS - SICOOB UNIMAIS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB UNIMAIS, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB UNIMAIS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CIRCUITO DAS ÁGUAS responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB UNIMAIS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB UNIMAIS:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	20.650.286	19.374.994
Ativo - Investimentos	3.639.094	2.000.000
Total das Operações Ativas	24.289.380	21.374.994

Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB UNIMAIS:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rateio de Despesas da Central	(59.611)	(99.034)	(72.810)	(231.422)
Total das Despesas	(59.611)	(99.034)	(72.810)	(231.422)

34. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.



O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

34.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

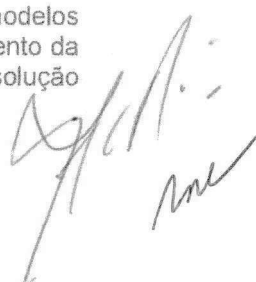
A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

34.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.



A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

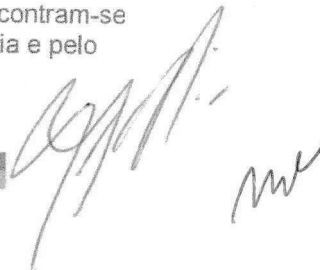
As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

34.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo



Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.

a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWacom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

34.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Appetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.



As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

limite mínimo de liquidez;

fluxo de caixa projetado;

aplicação de cenários de estresse;

definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

34.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes atuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.



O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

34.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

34.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

35. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

36. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência (PR)	6.553.000	7.331.590
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	55.158.270	42.362.960
Índice de Basileia (mínimo 11%) %	11,88%	17,31%
Imobilizado para cálculo do limite	2.875.315	3.099.921
Índice de imobilização (limite 50%) %	43,88%	42,28%

Águas de Lindóia – SP, 31 de março de 2022.



Marcos Fernandes de Andrade
Diretor Administrativo

 SICOOB Circuito das Águas - 4210



Juliana Prado Sant'Ana
Contadora

CRC 1 SP 335234/0-5
 SICOOB Circuito das Águas - 4310



Russell Bedford

taking you further

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS – SICOOB CIRCUITO DAS ÁGUAS

Relatório do auditor independente sobre as
demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem



Russell Bedford

taking you further

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

**Administradores e aos Associados da
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CIRCUITO DAS
ÁGUAS – SICOOB CIRCUITO DAS ÁGUAS**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Circuito das Águas – SICOOB CIRCUITO DAS ÁGUAS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Circuito das Águas – SICOOB CIRCUITO DAS ÁGUAS**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Russell Bedford

taking you further

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Circuito das Águas – SICOOB CIRCUITO DAS ÁGIAS para o exercício de 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 15/04/2021, com opinião sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Russell Bedford

taking you further

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração da Cooperativa, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional;



Russell Bedford

taking you further

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Cooperativa a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2022.

**RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-O "T" SP**

**ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:9023843
5091**

Assinado de forma digital por ROGER MACIEL
DE OLIVEIRA:90238435091
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autoridade
Certificadora Raiz Brasileira v2, ou=AC SOLUTI,
ou=AC SOLUTI Multipla, ou=03151200000133,
ou=Certificado PF A3, cn=ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2022.04.13 17:27:00 -03'00'

**Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
(Em reais)

Senhores cooperados,
Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do 2º semestre de 2021 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Circuito das Águas - SICOOB CIRCUITO DAS ÁGUAS, na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 03/03/2022 o SICOOB Circuito das Águas completou 21 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No ano de 2021, o SICOOB Circuito das Águas obteve um resultado de R\$ - 463.388.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 20.650.286. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 50.289.765. A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira rural	R\$ 1.826.871	3%
Carteira comercial	R\$ 48.462.894	97%

Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 30,95% da carteira, no montante de R\$ 16.792.672.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 67.187.368, apresentaram um aumento em relação ao mesmo período do exercício anterior de 27,16%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à vista	R\$ 25.365.873	38%
Depósitos a prazo	R\$ 41.821.495	62%

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 24,86% da captação, no montante de R\$ 16.767.426.

5. Patrimônio de Referência

O patrimônio de referência do SICOOB Circuito das Águas no 2º semestre de 2021 foi de R\$ 6.553.000. O quadro de cooperados em 2020 era composto por 3.633 cooperados, havendo um acréscimo de 11,86% no 2º semestre de 2021, totalizando 4.064 cooperados.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB Circuito das Águas adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 87,17% nos níveis de "AA" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os cooperados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa possui um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECRESP, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito anualmente, com mandato até a AGO de 2022 o conselho fiscal tem função complementar à do conselho de administração e/ou da diretoria. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB Circuito das Águas aderiram por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e site na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No 2º semestre de 2021, a ouvidoria do SICOOB Circuito das Águas registrou 04 (quatro) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 04 (quatro) reclamações, 01 (uma) foi considerada improcedente e resolvida dentro do prazo legal, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Águas de Lindóia - SP, 30 de março de 2022.

Conselho de Administração e Diretoria

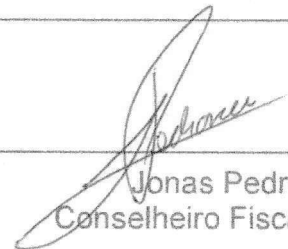
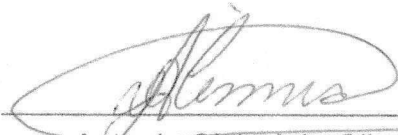
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Circuito das Águas – SICOOB CIRCUITO DAS ÁGUAS, havendo realizado as reuniões conforme estabelece o Estatuto Social e tendo procedido à verificação nas Demonstrações Contábeis e respectivos documentos, acompanhando e verificando o cumprimento dos preceitos legais, tendo manifestado e proposto medidas julgadas procedentes, oportunas e necessárias e ao final em decorrência da gestão aplicada aos destinos do SICOOB CIRCUITO DAS ÁGUAS, viu por bem aprovar as contas do exercício de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e demais notas explicativas.

Concluímos que estas foram elaboradas em observância à legislação vigente, refletindo todas as operações realizadas.

Assim, somos favoráveis que as mesmas sejam aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no prazo da lei.

Águas de Lindóia - SP, 30 de março de 2022.

 Rita de Cássia Bernardi Conselheira Fiscal Efetiva	 Jonas Pedroso Conselheiro Fiscal Efetivo
 Rogério Guadagnini Conselheiro Fiscal Efetivo	 Antonio Olsival de Oliveira Conselheiro Fiscal Suplente